

# **A dimensão espacial da espera no processo de remoção e erradicação de favelas. Territórios da espera em Campos dos Goytacazes**

*The spatial dimension of waiting on the removal and eradication of slums process.*

*Waiting territories in Campos dos Goytacazes*

TERESA DE JESUS PEIXOTO FARIA

## **RESUMO**

A problemática da remoção como consequência de obras de viés neoliberal para implantação de grandes empreendimentos públicos ou privados, no espaço urbano, para diferentes fins, como instalação de infraestrutura, urbanização, renovação ou reabilitação de centros históricos ou de áreas degradadas, construção de edificações de diversas naturezas e funções, inclusive habitacionais, tem sido o centro de interesse de inúmeros estudos recentes sobre cidades e metrópoles brasileiras. O programa de moradia popular Morar Feliz, da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, tem promovido inúmeras remoções de assentamentos precários sob a alegação de risco e vulnerabilidade social. O artigo aborda dois casos de remoção de favelas relacionados ao programa Morar Feliz: Inferno Verde e Margem da Linha. Considerando a situação de espera – antes, durante e após a remoção – a análise é desenvolvida a partir da concepção de espera e de territórios da espera, como definido por ANR-TERRIAT e de observação participante nos dois terrenos de estudo. Os objetivos são descrever como se constrói e se configura um território da espera e identificar como é habitar um território da espera. O estudo nos indica que as condições espaciais e materiais podem agravar ainda

mais a experiência da espera assim como as desigualdades socioespaciais, revelando mais uma face perversa das políticas públicas.

**Palavras-chave:** Morar Feliz; Territórios da espera; Remoção

## ABSTRACT

The problem of removal resulting from neoliberal works for the installation of large enterprises, public or private, in the urban space, for different purposes, such as installation of infrastructure, urbanization, renovation or rehabilitation of historic centers or degraded areas, construction of buildings of various natures and functions, including housing projects, has been the focus of interest of several recent studies on Brazilian cities and metropolises. The popular housing program Morar Feliz (Live Happy) of the municipal government of Campos dos Goytacazes, has promoted numerous removals of precarious settlements on the grounds of risk and social vulnerability. This article discusses two cases of slum removal related to the program Morar Feliz: Inferno Verde (Green Hell) and Margem da Linha (Shore of Railways). Considering the situation of waiting – before, during and after removal and the conditions under which people wait, this analysis is developed from the concept of waiting and waiting territories as defined by ANR-TERRIAT and participant observation in the two study fields. The goal is to describe how a waiting territory is built and is characterized, and to identify how it is like to inhabit a waiting territory. This study indicates that the spatial and material conditions may worsen the waiting situation and the socio-spatial inequalities, revealing more a perverse side of public policies.

**Key words:** Morar Feliz; Waiting territories; Removal

## INTRODUÇÃO

As intervenções urbanas para atender a grandes projetos de cunho neoliberal e, portanto da lógica da cidade *marketing*, da cidade-empresa ou cidade-negócio (HARVEY, 2005; VAINER, 2009; BOTELHO, 2007), de infraestrutura viária e de mobilidade, de renovação de áreas históricas, de equipamentos esportivos, de empreendimentos imobiliários acarretam diversos impactos socioespaciais que são desprezados por seus executores e desconsiderados pelo poder público, e ainda passam, na maioria das vezes, despercebidos pela população. Um exemplo são as obras destinadas aos megaeventos esportivos internacionais, como assistimos recentemente no Brasil, para realização da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016, cujos impactos negativos referentes aos direitos humanos foram denunciados e registrados pela *Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa* (Ancop), em diversas publicações desde 2012<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Como exemplo, cito o Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, 2014. Acesso: 28.04.2016. disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>. Particularmente o dossiê publicado pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro: Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro, de junho 2014. Acesso: 28.04.2016. Disponível em: [https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014\\_web.pdf](https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf).

A problemática da moradia foi uma das questões abordadas nos dossiês que ressaltam as remoções que representam

De um lado, (...) os novos processos de elitização e mercantilização da cidade, e de outro, novos padrões de relação entre o Estado e os agentes econômicos e sociais, marcados pela negação das esferas públicas democráticas de tomada de decisões e por intervenções autoritárias, na perspectiva daquilo que tem sido chamado de cidade de exceção. (COP RIO, 2014, p. 8)

A cidade de Campos dos Goytacazes, na mesorregião Norte do Estado do Rio de Janeiro, não está entre as cidades que sediam megaeventos esportivos, mas tem recebido grandes projetos de investimentos (GPIs), como o Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açu (Clipa) e intervenções urbanas para implantação do grande projeto de moradia popular da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG), o *Morar Feliz*<sup>2</sup>, que tem causado inúmeros impactos socioespaciais, na região e na cidade, respectivamente, como remoções forçadas.

As remoções acontecem sem que se leve em consideração que esses espaços são habitados. Como nos alerta Henry Lefebvre, o habitar deve ser considerado, uma vez que a relação do ser humano com a natureza e com sua própria natureza, com o ser e seu próprio ser reside no habitar, nele se realiza e nele se lê (LEFBVRE, 1991, p. 79). Nas palavras de Stock (2004, p. 1), “o habitar se realiza pela prática, associada a representações, valores, símbolos, fantasias que têm referência aos lugares geográficos”.

Desse modo, a remoção deveria ser uma opção somente para casos em que a melhoria das condições do espaço já ocupado não é possível; entretanto, observa-se que a realidade política brasileira tem caminhado no sentido oposto (LEAL e COSTA, 2012).

O presente artigo analisa os impactos das ações de remoção de favelas, na cidade de Campos dos Goytacazes, relacionadas ao programa Morar Feliz, a partir da noção da espera e de territórios da espera, conforme considerada na pesquisa ANR TERRIAT<sup>3</sup>. O grupo de pesquisadores de diferentes áreas das ciências humanas e sociais que integra o TERRIAT se dedicou a estudar a espera e o tempo de espera, originados dos movimentos de mobilidade e deslocamentos de indivíduos ou grupos sociais por razões técnicas, administrativas ou políticas, designando sua tradução espacial de territórios da espera. Foi enquanto parti-

2 O programa foi lançado na primeira gestão (2009-2012) da prefeita Rosinha Garotinho, com a promessa de construção de 10.000 casas populares até o final do mandato. Ao final deste período foram entregues somente 5.426 unidades habitacionais. Ao ser reeleita, em 2012, se comprometeu a construir as 4.574 casas restantes, até o final de 2016, no término do novo mandato. O programa é totalmente financiado com recursos próprios advindos, principalmente, das receitas petrolíferas, *royalties* e participação especial. Porém, na segunda fase obteve recursos do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), cujo contrato com a Caixa Econômica Federal (CEF) foi assinado em 23 de dezembro de 2015. Até 16/05/2016, data de finalização deste artigo, segundo informação da PMCG, em seu *site*, de 27/01/2016, “mais de 26 mil pessoas, foram beneficiadas pelo Programa Morar Feliz, totalizando 6.500 famílias, que moravam em áreas de risco”. Porém, constata-se que muitas das obras estão paralisadas.

3 LANR TERRIAT é o acrônimo do projeto internacional de pesquisa “Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos Mundos Americanos (de ontem a hoje)”, financiado pela Agência Nacional de Pesquisa (França), desenvolvido de 2011 a 2014, coordenado por Alain Musset e Laurent Vidal. Os estudos estão publicados na obra coletiva organizada por Musset e Vidal (2015).

cipante das discussões do grupo, no ano de 2012, período em que desenvolvia o pós-doutoramento, que vislumbrei a possibilidade de tratar as favelas e ocupações para fins de moradia como territórios da espera.

Para Vidal e Musset (2015, p. 11), “os territórios da espera designam especificamente os espaços destinados voluntariamente ou servindo involuntariamente para colocar em espera populações deslocadas ou em deslocamento”.

Meu interesse em pesquisar mais sistematicamente as favelas de Campos se manifestou quando, de 2004 a 2008, desenvolvi o projeto de extensão universitária “Integração favela-bairro: qualidade de vida e cidadania”. O *campus* principal da Uenf faz limite com a comunidade Goiabal (parcialmente demolida em 2011) e com a favela Matadouro, situadas no Parque Califórnia, na margem direita do rio Paraíba do Sul, onde também se encontra o conjunto de favelas do bairro da Lapa: Risca-Faca, Tira-Gosto, Siqueira e Silva e Inferno Verde (erradicada em 2012). Todos esses aglomerados se localizam e se estendem linearmente, desde a extinta Inferno Verde até à Goiabal, conformando o que chamo de complexo de favelas Lapa-Parque Califórnia, assentados na margem direita, a jusante do Rio Paraíba do Sul.

Entre os anos de 2007 e 2009, participei da “Rede Info-Rio: acesso dos pobres à cidade informal e mobilidade residencial nas favelas – características da mobilidade residencial dos pobres e do mercado informal urbano no Estado do Rio de Janeiro”, coordenada por Pedro Abramo, desenvolvendo o projeto “Processo de favelização, mobilidade residencial dos pobres e as características do mercado imobiliário informal nas cidades de Campos dos Goytacazes e Macaé”. A pesquisa ocorreu em diversas favelas e assentamentos precários em outras áreas da cidade, como Baleeira (Parque Leopoldina), Margem da Linha (Parque Rodoviário), Vila Tamarindo (Parque Tamandaré), ocupação Cidade Luz (Parque Cidade Luz), inclusive Matadouro e Tira-Gosto.

Com a pesquisa “Políticas Públicas e desigualdades socioespaciais: gestão para uma cidade justa?”, iniciada em 2011, passei a pesquisar o programa Morar Feliz (MF), o processo de remoção das favelas e a realocação dos moradores nos conjuntos habitacionais do programa, com especial atenção para a configuração espacial, urbanística e social dos referidos conjuntos.

A partir da constatação de que a espera jamais foi considerada e nem vista como um problema na tomada de decisões e implantação de políticas públicas, dado que é vista, normalmente, como um interstício de tempo morto, um tempo em suspensão, onde nada acontece nem é passível de acontecer, devendo, portanto, ser vivenciado naturalmente pelos indivíduos ou grupos, para alcançarem o serviço ou benefício almejado e ao qual têm direito, desde 2013 desenvolvo concomitantemente a pesquisa *Políticas públicas também produzem territórios da espera?*<sup>4</sup>

Ocorre que essa espera pode ser longa e sofrida, pois faz com que os atores vivenciem momentos de incertezas, tensões, esperança, decepções, emoções; ou realizem ações ou se paralisem diante de impedimentos. Todas essas situações de

4 Após meu retorno do pós-doutorado, realizado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) sob a supervisão de Alain Musset, iniciei a refletir e a pesquisar sobre o tema. A pesquisa já gerou como resultados apresentações em eventos científicos e publicação em seus respectivos anais, contribuição em livro publicado na França e na Inglaterra (no prelo) e uma dissertação de mestrado (FALCÃO, 2015).

espera encontram quase sempre uma expressão espacial que raramente é considerada pelas ciências sociais.

Este artigo apresenta o resultado parcial da pesquisa “Políticas públicas também produzem territórios da espera?”, em andamento nas favelas Inferno Verde e Margem da Linha do Rio, em Campos dos Goytacazes, que passaram recentemente, por processo de remoção relacionado ao programa municipal de urbanização denominado Bairro Legal<sup>5</sup> e do Morar Feliz.

A favela Inferno Verde situava-se no bairro da Lapa (à margem direita do Rio Paraíba do Sul), e foi totalmente demolida, ou seja, erradicada, em função do programa Bairro Legal. Este tem por objetivo a renovação de bairros e distritos de Campos. Os moradores recebem o benefício do Aluguel Social, destinado a alugar uma moradia enquanto esperam pela moradia prometida. Constatamos que alguns dos moradores conseguiram alugar imóveis nas proximidades do local onde se assentava a favela Inferno Verde, o que nos habilitou a estudá-lo com o propósito de demonstrar que se tratava de um território da espera produzido a partir de uma política pública. No presente momento, os moradores removidos continuam a esperar pela moradia prometida, pois a obra do conjunto habitacional constituído de edificações verticais, diferentemente da tipologia dos demais conjuntos do Morar Feliz, ainda não foi concluída.

A favela Margem da Linha do Rio<sup>6</sup> vem sofrendo transformações urbanísticas devido à instalação de grandes empreendimentos mobiliários. A favela, porém, ficou à margem desses empreendimentos, e, no lugar de receber investimentos do poder público municipal, está igualmente sofrendo um processo de remoção para o conjunto habitacional do Programa Morar Feliz<sup>7</sup>, em Ururai, à margem da rodovia BR101 Norte, na entrada da cidade de Campos dos Goytacazes. Uma parte dos moradores já foi removida para o referido conjunto, enquanto a outra está à espera de conquistar o direito de permanecer no local, habitando em suas casas marcadas para serem demolidas e entre os escombros das que já foram completamente destruídas.

A realidade social e material resultante do espaço-tempo da espera pode ser resumida no seguinte contexto geográfico: os moradores da erradicada Inferno Verde observam, dia após dia, o ritmo lento da construção de suas futuras moradias, enquanto os moradores da Margem da Linha convivem cotidianamente com o quadro estarrecedor de destruição de sua comunidade.

Partindo do pressuposto de que os processos de remoção se coadunam com as situações das sociedades deslocadas ou em deslocamento (voluntário ou forçado) estudadas por Vidal et al (2011) e que estes processos conduzem, na maioria das vezes, a uma situação de espera, observou-se a realidade social e material da Inferno Verde e

---

5 O programa é financiado com recursos próprios da Prefeitura, via *royalties* do petróleo, e do Governo Federal, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído em 2009.

6 A favela Margem da Linha surgiu no Município de Campos dos Goytacazes por volta da década de 1960 (GUIMARAES & PÓVOA, 2005; POHLMANN, 2008) às margens da estrada de ferro da antiga Rede Ferroviária Federal, ligando a cidade de Campos ao Rio de Janeiro. De tipologia linear, ela possui mais de sete quilômetros de extensão, abrangendo três bairros distintos, que lhe conferem configurações espaciais diferenciadas: Parque Santo Amaro, Parque Rodoviário e Tapera (PIRES, 2005).

7 Algumas unidades residenciais foram construídas e entregues em 2015, mas as outras unidades que se encontravam em construção naquela ocasião, até a presente data, se encontram com as obras paralisadas.



Margem da Linha, na qual se desenvolvem as esperas: semelhanças, diferenças e especificidades. O objetivo foi, a partir dos relatos e observação participante, apreender e desvelar as práticas sociais, as interações entre os atores decorrentes da espera (que deveria não ser tão longa, mas que pode durar uma vida inteira) que contribuem para a construção e manutenção desses dois territórios da espera. E, assim, descrever como é habitar um território da espera e mostrar que as suas condições ambientais podem agravar ainda mais a situação de espera e as desigualdades socioespaciais, revelando mais uma face perversa das políticas públicas.

## **A FAVELA COMO PROBLEMA E SOLUÇÃO: SEMPRE ALVO DE INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO**

É consenso entre os estudiosos que a origem do “problema favela” está na questão fundiária e na problemática habitacional. Também já se chegou ao entendimento da complexidade e da diversidade de realidades existentes, muitas vezes reduzidas no termo favela. Não é mais possível olhar a favela apenas como o *locus* da pobreza, da marginalidade, da violência, pois desde o marcante livro “Um século de favela”, de Alba Zaluar e Marcos Alvito, passando pelos trabalhos de Lícia Valladares, Luis Machado, Rafael Gonçalves e de Paola Berenstein Jacques, por exemplo, reconhece-se que a favela é também lugar de riqueza cultural, social e de formas materiais, além de ter sua origem intrinsecamente ligada à história da urbanização de muitas cidades brasileiras.

Principalmente, nesses mais de cem anos de existência da favela e nos quase 50 anos de estudos científicos sobre ela, revelou-se que a favela, por se caracterizar pela ocupação de terrenos vazios, faixas de domínio, áreas *non aedificandi* e pela autoconstrução, não é apenas vista como problema, mas também como solução para a escassez de terra urbana (concentrada nas mãos de uma elite proprietária) e para o déficit habitacional (resultado da falta de uma política habitacional dirigida aos sem-salário ou de baixa renda).

Outro fato inquestionável é que, enquanto problema, a favela sempre foi alvo de intervenções, sendo as mais extremas, polêmicas e conflituosas aquelas que incluem a erradicação, demolição e remoção de seus moradores. O mais contraditório é o fato de que as políticas públicas e sociais (onde se incluem os programas de habitação e de urbanização) que se apresentam como solução para o “problema favela”, no lugar de solucioná-lo, acabam por aprofundá-lo, contribuindo sobremaneira para engrossar a infindável lista dos problemas urbanos. E isso porque, ainda hoje, o “problema favela”, para o poder público, é considerado apenas na sua dimensão espacial, no seu sentido mais restrito.

Visto assim, a solução ainda apresentada é a erradicação das favelas e a remoção de seus moradores. Desse modo, essas ações que predominaram durante muitos anos, em particular entre os anos 60 e 70 do século XX, nos últimos 20 anos voltaram à tônica apoiadas em novos/velhos argumentos e variadas justificativas. Isto devido ao permanente fracasso dos projetos habitacionais pela ineficiência ou descaso em considerar aspectos fundamentais da vida daqueles que habitam as favelas, como, por exemplo, a adaptação dos moradores das favelas às suas novas residências e às novas relações de vizinhança, a distância em relação ao trabalho,

o aumento nas despesas, o desemprego e a ausência ou distância de equipamentos e serviços públicos e privados.

## A REMOÇÃO VERSUS O HABITAR

O processo de remoção de favelas não é novo e marcou fortemente as intervenções urbanísticas das cidades brasileiras<sup>8</sup>. As ações do Banco Nacional da Habitação (BNH), na década de 1960, tiveram como marca uma política remocionista que perdurou até o início dos anos 1980, com o processo de redemocratização do país, quando o discurso remocionista se enfraqueceu.

Atualmente a remoção voltou a ser assumida pelo Estado como solução para resolver a questão habitacional das favelas. As principais justificativas são habitações consideradas irregulares e impróprias às moradias, risco de deslizamentos, enchentes ou remoção para implantação de investimentos considerados de interesse público.

De acordo com Rolnik (2012), a liberação de terra bem localizada para empreendimentos e grandes negócios tem levado a um aumento exponencial de remoções forçadas de assentamentos populares, muitos com décadas de existência, vários destes já regularizados. A autora destaca que, contraditoriamente, num momento em que havia uma disponibilidade de recursos públicos vultosos para investimentos na urbanização das favelas do país, provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as políticas públicas vinham optando, quase sempre, pela remoção em detrimento da realização de projetos e obras de urbanização. Sugere, porém, que há “uma geografia seletiva de favelas a serem urbanizadas e processos massivos de remoção em decorrência da implementação de projetos e obras, muitas vezes com uso da violência” (Rolnik, 2012).

Como resultado dessa política remocionista, como bem alertou Perlman (1977) ao discutir as remoções dos anos 1970, além de a população sofrer com a perda de suas moradias, muitas construídas com o trabalho de uma vida inteira, ainda tem seus referenciais espaciais, sociais e simbólicos afetados. Rompe-se, assim, com um “sistema mínimo de assistência social e de bem-estar familiar patrocinado pela comunidade” que habita as favelas.

Sem dúvida, os projetos urbanísticos que, aliás, não mais abrangem as cidades como um todo e sim se limitam a intervenções pontuais, assim como as políticas e programas habitacionais, ignoram o sentido de habitar.

Para Stock (2004), “habitar é a relação com o espaço, expressa pelas práticas dos indivíduos”. Essas práticas são mobilizadas pelos indivíduos através de atos, situações, num projeto. Segundo o autor, os lugares de referência não existem em si mesmos, de forma independente, mas são concretizados pelas práticas dos indivíduos. Nesse contexto, num processo de intervenção habitacional, a noção de habitar não deveria ser negligenciada pelos gestores. Ao contrário, com bem alerta Teixeira (2007, p. 23), deveria ser parte fundamental do processo, tendo em vista que o homem é um ser que age no e interage com o espaço onde vive.

<sup>8</sup> Uma das primeiras e emblemáticas manifestações referentes à intervenção no *habitat* dos pobres ocorreu no início do século XX, com a famosa política do “bota-abixo” (1903-1907), na cidade do Rio de Janeiro, durante a gestão do então prefeito Francisco Pereira Passos. Conf. Oliveira Reis (1977); Abreu (1988) e Benchimol (1991).

## A PRODUÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA ESPERA: O CASO DAS REMOÇÕES DE FAVELAS

Primeiramente seria interessante estabelecer a diferença entre *território da espera* e *lugar de espera*. Os lugares de espera “são espaços concebidos especificamente para regular e normatizar a espera em função do tipo de espera e dos modos de controle e do funcionamento que se pretende definidos anteriormente”. Os territórios da espera “seriam os espaços de certa forma ‘parasitados’ pela espera por diferentes razões e por períodos às vezes muito curtos e, frequentemente, descontínuos” (MUSSET e GOMES, 2015 p. 63).

Os pontos principais que entendo como base para compreender e identificar os territórios da espera, extraídos dos trabalhos reunidos em Musset e Vidal (2015), são aqui resumidos e apresentados a seguir:

- Nascem dos deslocamentos forçados ou voluntários, logo da mobilidade.
- Conformam-se a partir do uso inesperado do espaço, por uma circunstância de espera na mobilidade.
- Configuram-se a partir das práticas sociais produzidas, da utilização social do espaço apropriado temporariamente, das interações ocorridas, dos comportamentos que se exprimem nessa situação de espera;
- A espera, tal qual se desenrola e se pratica nos territórios da espera, deve ser apreciada em suas múltiplas dimensões: sociais, econômicas, psíquicas, geográficas.
- Os indivíduos ou grupos em situação de espera são capazes de se apropriarem do espaço vivido provisoriamente, criar identidades socioespaciais, produzir territorialidades;
- Conformam-se a partir do uso inesperado do espaço, por uma circunstância particular.

## O BAIRRO LEGAL E O MORAR FELIZ: TERRITÓRIOS DA ESPERA POR POLÍTICAS PÚBLICAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

O “Bairro Legal”, iniciado em 2009, é um programa de urbanização de bairros e favelas da cidade, carentes de infraestrutura. Ele inclui a pavimentação de ruas, tratamento de água e esgoto, construção de calçadas, iluminação e sinalização de trânsito, tendo atuado em diversos bairros da cidade<sup>9</sup>. A verba para as obras é, em parte, proveniente de recursos próprios, e parte, proveniente do Governo Federal, do Programa Aceleração do Crescimento (PAC). Em alguns casos, ele envolve também a remoção de favelas, sendo a população removida realocada nos conjuntos habitacionais construídos pelo Morar Feliz.

As ações do programa Morar Feliz são realizadas através de parcerias estabelecidas entre as diversas secretarias do município: Secretaria de Obras, atuando na licitação e fiscalização do projeto; Defesa Civil, atuando na remoção das fa-

<sup>9</sup> Donana, Ururai, Residencial Santo Antônio, Penha, Parque Eldorado, Jardim Ceasa, Novo Eldorado e Lapa. O programa está em andamento em Goitacazes, Estância Solar da Penha, e Matadouro e já tem aprovação orçamentária para atender mais cinco bairros: Vila Manhães, Vila Menezes, Parques Bela Vista, do Prado e Porto Belo.



mílias; Empresa Municipal de Habitação (EMHAB), atuando na localização das áreas para construção dos conjuntos; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (antiga Secretaria de Família e Assistência Social), atuando no cadastramento e avaliação social das famílias. A empreiteira responsável pelas obras é a Norberto Odebrecht Brasil. A PCE Projetos e Consultorias, do Rio de Janeiro, assina os serviços de gerenciamento, assistência técnica, planejamento e orçamento.

No projeto apresentado pela Prefeitura<sup>10</sup>, os conjuntos habitacionais construídos pelo Morar Feliz contam com drenagem, abastecimento de água e esgoto, iluminação, telefonia, arborização, calçadas com acessibilidade e transporte público. As 5.426 unidades construídas até o final de 2012 se distribuem em 14 conjuntos habitacionais, situados em dez bairros<sup>11</sup> da cidade. As casas padronizadas possuem 43,08 m<sup>2</sup>, e são compostas de dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, em construção de alvenaria e laje, com paredes com acabamento em pinturas e revestimento no banheiro, cozinha e área de serviço. Há também unidades habitacionais acessíveis com área edificada de 51m<sup>2</sup>, em lote de 160 m<sup>2</sup>.

Dentre as 4.574 unidades habitacionais populares da segunda fase (2013-2016) do programa Morar Feliz (restantes para completar o número prometido de 10 mil), 600 unidades são do programa do governo federal Minha Casa Minha Vida (MCMV), cujo contrato foi assinado em finais de dezembro de 2015. As 600 unidades, localizadas no Parque Santa Rosa, em Guarus, foram entregues em 05 de maio de 2016. Entretanto, muitas das obras referentes às unidades a serem construídas com recursos próprios do município (programa Morar Feliz) se encontram paralisadas, agravando ainda mais a situação de espera das pessoas que estão cadastradas nos programas e daquelas que estavam na expectativa de ainda se cadastrarem.

Desde seu lançamento, o programa tem sido alvo de muitas críticas relativas ao seu planejamento e sua execução e a aspectos ambientais (SOFFIATI, 2012), socioespaciais e infraestruturais (FARIA e POHLMANN, 2013, 2014; AZEVEDO et al, 2013). Merecem destaque as críticas referentes à política de remoção e de erradicação de favelas adotada pelo programa Morar Feliz, pois, ao invés de optar pela urbanização e a revitalização das favelas, opta pela demolição destas e pelo deslocamento da população para seus conjuntos habitacionais (OLIVEIRA e PEDLOWSKI, 2013; ARRUDA, 2014).

Consideramos que a remoção de favelas não é a melhor forma de enfrentamento das questões habitacionais, principalmente pelo fato de que este processo pode provocar impactos materiais e sociais na vida da população envolvida. Esta vive o processo de intervenção antes, durante e depois da remoção. Um desses impactos é a espera que deveria não ser tão longa, mas que pode durar uma vida inteira, passível assim de engendrar a construção de novos territórios urbanos ainda mais precários haja vista a sua transitoriedade e provisoriamente. Tais ambientes, porém, não são, desprovidos de sentido, de identidade, sobretudo de utopias, dado que são construídos pelas práticas advindas da espera, como o são os territórios da espera.

10 Disponível em: <http://www.abc.habitacao.org.br/wp-content/uploads/2013/05/20-GIR-EMHAB-CG-RJ-Programa-Morar-Feliz1.pdf>

11 Parque Prazeres, Aldeia, Tapera, Eldorado, Lagoa das Pedras, Santa Rosa, Novo Jóquei, Penha, Travesão e Esplanada.

## REMOÇÃO E ESPERA NA MARGEM DA LINHA: RESISTIR NUM TERRITÓRIO DA ESPERA

A favela Margem da Linha do Rio ou Margem da Linha (como é mais conhecida) está em processo de demolição e remoção de seus moradores para um conjunto habitacional do programa “Morar Feliz”, em Ururaí, localizado na rodovia BR 101. O conjunto fica distante da área original das moradias, num espaço vazio e isolado, até então de uso rural (canaviais), onde também não há serviço público como creches, escolas, posto de saúde, nem serviços privados como farmácia, padaria, supermercado. Há casos em que a distância pode ocasionar a perda do trabalho e o capital investido em suas residências, contribuindo para a fragmentação da comunidade e aumentando ainda mais a angústia fruto do deslocamento.

O poder público justifica a remoção baseando-se em laudo da Defesa Civil municipal que considera o espaço ocupado pela favela como área de risco, visto que se localiza bem próximo da BR 101 e da estrada de ferro Campos-Rio de Janeiro, que está desativada. Vale lembrar que, em maio de 2011, outra parte da mesma favela que se assentava às margens da BR 101 foi erradicada, e 380 famílias foram remanejadas para os conjuntos habitacionais Tapera I (“batizado” em 2015 de Condomínio das Lagoas)<sup>12</sup>, do Morar Feliz.

A área da favela Margem da Linha mais próxima à Avenida Silvio Bastos Tavares (também referida como Estrada do Contorno, pois interliga dois trechos da rodovia BR101), no bairro Parque Rodoviário, começou a concentrar investimentos públicos e privados em 1995, com a construção do terminal rodoviário municipal Shopping Estrada. O local, que era uma região periurbana, no Plano Diretor de 2008 foi definido como Zona de Expansão Urbana. Desde então, os investimentos se ampliaram, só encontrando paralelo na região da Pelinca. São condomínios residenciais direcionados para as classes média e alta, concessionárias de veículos importados e, mais recentemente, um *shopping Center* (2011), hotéis e condomínios residenciais de grandes construtoras de abrangência nacional, como o Parque Residencial Damha II, da Damha urbanizadora, que em 2015 iniciou suas obras. Em 2015 foi inaugurado o hotel Tulip Inn, com estrutura completa para o turismo executivo, transformando toda a região onde se localiza a favela em uma área de especulação e de interesse imobiliário.

No entanto, conforme observamos no trabalho de Mothé (2011), a Margem da Linha ficou excluída da dinâmica de transformação da área, não tendo recebido qualquer investimento por parte do poder público. Esse contraste é visível para a equipe da pesquisa, pois desenvolvemos pesquisa na área desde 2005. Assim, observamos empiricamente que a área foi se degradando, ao mesmo tempo em que sofria um progressivo adensamento.

12 Aliás, em busca de informações no site da PMCG sobre o Programa Morar Feliz, observei que, desde abril de 2015, coincidente com a implantação do projeto Viver Feliz, da Secretaria Municipal de Governo, os conjuntos do programa têm recebido nomes próprios, tais como Residencial Recanto dos Campeões, na Tapera II (antes conhecido como Morar Feliz Tapera II) ou Condomínio Solares Campistas (antes conhecido como Morar Feliz Parque Esplanada).

**Figura 01:** Margem da Linha, entre Estrada do Contorno e Tapera, direção Tapera, em 2009, durante a pesquisa Info-Rio.



*Fonte: Pohlmann (2011)*

**Figura 02:** Margem da Linha, entre Tapera e Estrada do Contorno, próximo ao Centro Juvenil São Pedro, direção Estrada do Contorno, em 09/04/2016



*Foto: Teresa Peixoto Faria/LEEA-UENF*

Campos dos Goytacazes parece estar entrando no circuito da competição entre cidades e para o rol de cidades *marketing* e mercadoria, cujas primeiras condições foram dadas pela atividade petrolífera e finalmente pela instalação do porto do Açú (FARIA *et al*, 2013). A cidade se torna um grande negócio e, como nos alerta Botelho (2007, p.17), “na medida em que a cidade se torna um grande negócio para o capital, as leis de mercado passam a ditar as regras do ordenamento da configuração socioespacial urbana, com efeitos devastadores para boa parte de sua população”.

**Figura 03:** Estrada do Contorno, na “rota do petróleo”: placa anunciando a construção do Hotel residência Supreme Campos, em 16/09/2011.



*Foto: Nathália Mothé*

Minha primeira entrada para pesquisa de campo na favela Margem da Linha foi em 2004 para orientar a pesquisa que resultou na monografia de Beatriz de Oliveira Pires (PIRES, 2005). Ali, desenvolvi pesquisas até 2011. Após quase dois anos de ausência do campo de pesquisa, retornei em 2013, para mostrar as favelas e periferias de Campos à colega Catherine Reginensi<sup>13</sup>, que acabou por iniciar pesquisa no local.

A partir de então, colaborando com sua pesquisa, retomei o contato com o Centro Juvenil São Pedro, instituição vinculada ao Colégio Salesiano que presta assistência social na favela e importante mediador no contato com moradores. Ao mesmo tempo, reencontrei Cristiane Gomes, que, além de ser presidente da Associação de Moradores da favela, desenvolve atividades culturais com as crianças e jovens assistidos pelo Centro. O Centro Juvenil e a associação de moradores são importantes atores nas questões ligadas ao processo de remoção.

Como dito anteriormente, existe uma divisão entre os moradores: parte é favorável e quer ser deslocada para o Morar Feliz Ururaí, e parte quer permanecer na favela. Isto gerou conflitos com o poder público municipal e entre os próprios moradores, suscitando a intermediação do Centro Juvenil, que recorreu à Justiça, obtendo apoio da Defensoria Pública para garantia do direito daqueles que querem permanecer e dos que querem ser removidos para o conjunto habitacional. Nesse sentido

<sup>13</sup> Pesquisadora convidada na Uenf (bolsa CNPq de 2013 a 2016), Catherine Reginensi desenvolve a pesquisa “A cidade como cenário de oportunidades. Etnografia das margens da cidade, estética e partilha do sensível” (2015). Como devolutiva de sua pesquisa, Reginensi organizou, entre outras atividades, o seminário “As margens da cidade falam!”, em agosto de 2015, o qual deu origem ao tema do presente dossiê.



houve uma audiência pública realizada no Instituto Federal Fluminense (IFF), em Campos dos Goytacazes, no mês de julho de 2014, da qual participei juntamente com minha equipe de pesquisa e outros colegas da Uenf. Ali se faziam presentes os representantes do poder público local – o secretário de Família e Assistência Social, o secretário de Meio Ambiente, também o secretário da Defesa Civil e um advogado da Prefeitura de Campos. Os representantes da Defensoria Pública do Estado e alguns dos moradores da favela Margem da Linha do Rio também participaram da audiência. Além destes, a audiência contou com representantes de instituições de ensino superior de Campos, como a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o próprio IFF.

O processo de remoção teve início oficialmente, em 2012, com a marcação das moradias pelos diferentes setores da administração municipal, para futura demolição da casa. Essa situação deixou os moradores em dúvida, sem entender o que estava se passando, o que “aquelas letras significavam”, pois eles não recebiam informação, apenas burburinho na comunidade dando conta de que a comunidade seria removida.

**Figura 04:** Uma das casas da Favela Margem da Linha do Rio marcada para ser demolida. Podemos observar a situação em que se encontram os moradores em dias de chuva.



Foto: Nabila da Matta, março/2015.

Passaram-se dois anos para que tivesse início o processo de deslocamento dos moradores, do qual vou apresentar um breve resumo, na ordem cronológica de alguns fatos mais levantados pelos órgãos de notícia, inclusive alternativos.

- *Dia 02/02/14: a Prefeitura de Campos dos Goytacazes noticiou em seu site oficial que 281 moradores da comunidade da Margem da Linha*



apresentaram documentação e confirmaram o interesse de serem contemplados com uma casa própria no próximo condomínio a ser entregue, no bairro Ururaí.

- Dia 24/02/14: moradores da área próxima à Avenida Silvio Bastos de Tavares fecharam a BR 101 em protesto. Segundo o jornal Folha da Manhã, os manifestantes reclamaram que a comunidade existia havia mais de 60 anos e nunca tiveram o apoio do poder municipal. Disse-ram ainda que a remoção não era bem vista por todos.
- Dia 15/07/14: audiência pública na sede do Instituto Federal Fluminense-Campos, para discutir a remoção e permitir que os atores envolvidos no processo de remoção, inclusive a sociedade, pudessem manifestar sua opinião acerca do processo.
- Dia 18/11/2014: o Ministério Público Federal (MPF) em Campos dos Goytacazes (RJ) e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro expediram recomendação à Prefeitura de Campos dos Goytacazes (RJ) para que a desocupação da Comunidade da Margem da Linha ocorresse de acordo com as orientações da Organização das Nações Unidas (ONU), respeitando os direitos fundamentais, em especial a dignidade da pessoa, a integridade física e psíquica, o patrimônio de cada família e a existência de pessoas vulneráveis, como crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais.
- Dia 24/11/2014: famílias da Margem da Linha e de outras localidades começaram a ser transferidas para o conjunto habitacional Ururaí, antes mesmo que todas as casas estivessem construídas; ao todo, 312 famílias, por ordem alfabética segundo o cadastro no Programa Morar Feliz.
- 02/12/ 2014: início da demolição das construções da Margem da Linha, na área próxima à Tapera, e remanejamento dos moradores para o Morar Feliz de Ururaí.
- Fevereiro de 2015: mais 44 casas foram entregues para os moradores removidos.
- 28/03/2015: lançamento do programa Viver Feliz<sup>14</sup>, nos conjuntos habitacionais do Morar Feliz, mas também em outros construídos anteriormente na cidade.
- Março de 2015: moradores da Margem da Linha do Rio invadiram e ocuparam casas do conjunto Ururaí ainda não entregues pela construtora;
- 09/06/2015: famílias do Morar Feliz Ururaí, recebem títulos de posse do Morar Feliz (ação do programa Viver Feliz);
- Em dezembro de 2015, o processo foi concluído, e 468 famílias foram assentadas no conjunto.

<sup>14</sup> O projeto da Secretaria de Governo, realizado em parceria com diversos órgãos municipais, foi lançado no dia 28 de março 2015. O destaque do Viver Feliz é a entrega do título de legitimação de posse aos moradores.

## ESPERA, RESISTÊNCIA E AÇÃO QUE CONSTROEM E MANTÊM UM TERRITÓRIO DA ESPERA

Figura 05: Resistência à remoção



Fonte: Blog do Pedlowski, 27/11/2014

Em entrevista para o jornal *Folha da Manhã* no dia 24/02/2014, a presidente da Associação de Moradores da Comunidade da Margem da Linha, Cristiane Gomes, afirma que “há dois anos tentam negociar com a prefeitura e sem sucesso” e que a Prefeitura “quer retirá-los do local porque a área está mais valorizada com a chegada de hotéis, *shopping* e outras construções, a prefeitura não quer mais favela aqui”. Cristiane também ressalta que há 60 anos essa área é ocupada e até então não havia iniciativa do governo municipal de retirá-los dali, porém, a partir do momento em que essa área se torna alvo de investimentos a área ocupada pela comunidade se torna de risco.

Foram feitas mais duas manifestações, por parte dos moradores da área próxima à Tapera, e, portanto menos distante do conjunto Morar Feliz Ururai. Eles desejavam ser removidos, porém faziam algumas exigências, como a realização de cadastro de todas as casas que estão no mesmo terreno. A reclamação é a de que a Prefeitura só tem cadastrado o terreno, não cadastrando todas as casas existentes nesse terreno. Essas informações foram passadas por Cristiane Gomes e também veiculadas nas mídias locais.

Com relação ao diálogo com os moradores da Margem da Linha, o então titular da Secretaria da Família e Assistência Social, Geraldo Venâncio (o secretário atual é Thiago Cerqueira Ferrugem Nascimento Alves), comprometeu-se a se reunir com moradores que resistem se mudar. Isto foi o que Cristiane Gomes

informou no dia 15 de maio de 2014, acrescentando que 300 moradores, principalmente da área C, estavam à espera do término das obras em Ururá para serem transferidos.

Na audiência pública realizada em julho de 2014 no Instituto Federal Fluminense, um representante da Prefeitura disse que os moradores que não aceitarem deixar o local poderão continuar, porém correm o risco de que o Ministério Público Federal mova uma ação de despejo contra eles. Esta fala destaca a ausência de alternativas para essa população excluída da cidade.

O governo municipal tem usado a redução dos serviços públicos como uma maneira de coagir os moradores a abandonar suas casas. A negação de infraestrutura tem sido utilizada frequentemente para controlar as favelas no Rio de Janeiro, antes e depois das remoções, desde o começo das ocupações, e tem ocorrido também na favela Margem da Linha, onde os serviços de reparação e ligação de novas redes elétricas não estão sendo mais realizados. Além disso, os escombros das construções demolidas são deixados como uma ameaça e punição (aos que resistiram e permanecem obrigados a conviver com esta paisagem de destruição) e uma forma de fazê-los desistir, como relatam alguns moradores.

**Figura 06:** Manifestação de moradores da Margem da Linha contra possível remoção, em fevereiro de 2014.



*Fonte: Jornal Ururau.*

Em dezembro de 2014, ao mesmo tempo em que se demoliam as construções, os moradores eram removidos sem planejamento prévio. Segundo o *site* da PMCG, mais de 50 residências já tinham sido demolidas por duas retroescavadeiras.



**Figura 07:** Máquinas da prefeitura retirando os entulhos das demolições.



*Fonte: Blog do Pedlowski, 14/11/2014.*

Mesmo as famílias que concordaram em mudar mas que não tiveram suas novas casas entregues e continuaram ocupando o que restou de suas moradias estavam protestando, denunciando a situação “humilhante” (palavras deles) em que se encontravam na Margem da Linha, à espera da nova casa e sem nenhuma data programada para a mudança. Estes passaram a viver nos escombros das demolições. O local se tornou propício à proliferação de mosquitos, ratos, aranhas e outros animais. Além disso, a água de algumas residências foi cortada após as demolições, como pude verificar em visita ao local.

**Figura 08:** exposição de crianças aos escombros



Ao final de dezembro de 2015, 468 famílias foram removidas para o conjunto habitacional de Ururaí, e a população da Margem da Linha do Rio continuou à espera da entrega das casas restantes. Os que resistem à remoção vivem em meio aos escombros. Em 21 de janeiro de 2016, mais uma vez a Justiça determinou a retirada por completo dos escombros, resultado da audiência pública que aconteceu no Fórum Maria Tereza Gusmão, com a finalidade de avaliar a situação dos moradores que vivem em situações de risco, morando vizinhos aos escombros. Entretanto, até os dias atuais, ainda é possível ver que não houve a limpeza completa, havendo ainda na favela áreas de risco para a população, como a existência de vergalhões, arames, ladrilhos, entre outros materiais de construção.

Os moradores lutam e se organizam para continuarem morando nas suas casas, evitando a completa erradicação e mantendo, portando, a permanência da favela Margem da Linha. Continuam esperando alimentados pela esperança; contam com o apoio do Centro Juvenil e com o suporte da Defensoria Pública, além de audiências públicas. Fazem reuniões com os moradores no Centro Juvenil, uma das quais teve minha participação, em finais de 2014. Também interagem com outros atores de instituições como a Uenf, o IFF e a UFF, que aí desenvolvem projetos de pesquisa e de extensão<sup>15</sup>.

Os territórios da espera são, a meu senso, lugares de utopia. Esta é intrínseca à arquitetura e ao urbanismo que ali encontraram um terreno fértil para desenvolver projetos de urbanização, de moradias dignas e de equipamentos públicos, junto com os moradores. Estes seguem, assim, esperando, movidos pelo sonho de viverem de fato felizes no lugar “ideal” que escolheram, ao mesmo tempo em que constroem um território da espera.



**Figura 09:** Uma das maquetes do projeto para a Margem da Linha, elaborado por professores do IFF, intitulado “Elementos sustentáveis de habitação: intervenções arquitetônicas sustentáveis de baixo custo para moradia de interesse social”. Exposição “Saber fazer saber”, no Centro Juvenil São Pedro, em 09/04/2016.

*Foto: Teresa Peixoto Faria.*

<sup>15</sup> Além dos já citados neste artigo, são inúmeros os trabalhos produzidos sobre a Margem da Linha: Siqueira (2014); Oliveira et al (2012); Pereira (2015); Da Matta et al (2015); Godoy (2015).



**Figura 10:** Um “lugar da espera” construído por um morador que ali estava quando parei exclusivamente para fotografar, em 09/04/2016



*Foto: Teresa Peixoto Faria*

## **A LONGA ESPERA NUM TERRITÓRIO DA ESPERA: O CASO DA INFERNO VERDE**

As primeiras ocupações da favela Inferno Verde (situado no seio do bairro Lapa), segundo relatos dos moradores, ocorreram em função das oportunidades de emprego oriundas da fábrica de tecidos “Cia de Fiação e Tecelagem Campista”, no bairro da Lapa. A indústria foi inaugurada ainda em 1885, pelo industrial Francisco Saturnino de Brito. A Lapa é, portanto, um bairro de origem operária, contíguo ao centro da cidade e situado à margem direita do Rio Paraíba do Sul. É também lugar de lendas e tradições como a do “Ururau da Lapa” e a Igreja da Lapa (patrimônio histórico tombado pelo IPHAN) e o Patronato São José (que há 25 anos é sede da Fundação Municipal da Infância e da Juventude). Nele também se situa o colégio Estadual Visconde do Rio Branco, a Purac Síntese e também as favelas Siqueira e Silva, Tira-Gosto e Risca-Faca, que integram o complexo de favelas Lapa-Parque Califórnia. Realidade, portanto, bem distinta daquela da favela Margem da Linha.

A área onde se localizava a favela Inferno Verde, no bairro da Lapa, foi contemplada com um conjunto do programa Bairro Legal, que tem por objetivo urbanizar os bairros da cidade de Campos dos Goytacazes, efetuando a pavimentação de ruas, tratamento de água e esgoto, construção de calçadas, iluminação, paisagismo e sinalização de trânsito. Por outro lado, a favela foi totalmente demolida (149 imóveis, segundo o Censo IBGE, 2010), e os moradores foram desalojados. Durante o lançamento do Bairro Legal da Lapa, a prefeita do município, Rosinha Garotinho, anunciou que “depois do conjunto habitacional pronto, todos voltam ao mesmo bairro, mas para viver com suas famílias em moradias dignas, com mais qualidade de vida.”<sup>16</sup>

Após forte pressão do poder público municipal, através de reuniões com a população, visitas de assistentes sociais e advogados informando sobre a obrigatoriedade da saída, e apesar da resistência apresentada por alguns moradores em

<sup>16</sup> Jornal Ururau on line do dia 28/05/2011. Disponível em: [http://ururau.com.br/cidades846\\_Rosinha\\_autoriza\\_obras\\_no\\_Bairro\\_Legal\\_da\\_lapa](http://ururau.com.br/cidades846_Rosinha_autoriza_obras_no_Bairro_Legal_da_lapa)

abandonarem suas casas, a remoção da população aconteceu no segundo semestre de 2012. As fotos a seguir mostram a área antes da implementação do Programa Bairro Legal e depois, com a favela já demolida.

**Figura 11:** Entroncamento da Av. Dr. Adão Manoel Pereira Nunes com a Rua Dr. Miguel Herédia, Lapa, Campos dos Goytacazes, RJ.



*Fonte: Google Earth (2013) / Faria*

**Figura 12:** Entroncamento da Av. Dr. Adão Monoel Pereira Nunes com a Rua Dr. Miguel Herédia, Lapa, Campos dos Goytacazes, RJ



*Foto: Daiana Falcão – 11/02/2014*

Apesar de as obras do Bairro Legal terem sido concluídas e entregues à população no dia 07/06/2013, o conjunto prometido no local sequer havia começado a ser erguido, estando, então, em fase de preparação do terreno. Segundo os moradores não foi dado nenhum prazo para que as casas sejam entregues, nem mesmo oferecida qualquer garantia de que eles as receberão no mesmo local. Nesse sentido o tempo de espera, bem como o destino é desconhecido pela população, conforme depoimento de uma ex-moradora.

Acho que não necessariamente eles vão nos colocar no mesmo local de onde a gente saiu. Não temos nenhuma garantia de que voltaremos. Eles podem nos colocar onde quiserem, em qualquer conjunto onde tiver casa sobrando.” (Diana, 24 anos. Ex-moradora da Favela Inferno Verde)

Assim, além de a população ter passado pelo difícil processo de remoção, de ver suas casas irem ao chão, muitas dessas construídas com o sacrifício de uma vida inteira, ela ainda tem de lidar com as incertezas e tensões da espera pela construção e entrega das casas. Nesse momento, se deparam com uma grande questão: onde morar enquanto aguardam pelas casas prometidas?

Para que eles possam alugar uma casa enquanto aguardam, a prefeitura oferece o Aluguel Social, um programa de transferência temporária de renda concedido às pessoas que foram removidas de suas casas, ou que não as possuem, até que seja providenciada uma moradia em um dos conjuntos habitacionais do “Morar Feliz”. Para tanto, é necessário que o beneficiário encontre antes o local a ser alugado, para então a prefeitura conceder o benefício, que é depositado diretamente na conta do proprietário do imóvel. O cadastro não precisa ser atualizado, exceto se o beneficiário mudar de residência.

Devido às fortes pressões, muitos moradores se adiantaram e procuraram logo uma casa para alugar, pois a maioria buscava residir nas proximidades da antiga favela, especialmente pela facilidade de acesso aos serviços urbanos. Para esses, o valor do Aluguel Social ficou estabelecido em R\$ 350, e a mudança ficou a cargo dos próprios moradores, que contavam somente com suas forças braçais e com a benevolência de amigos e familiares para os ajudarem a carregar seus pertences.

Os que apresentaram maior resistência à remoção compulsória tiveram o valor do benefício fixado em R\$ 450, além de poder contar com um caminhão cedido pela prefeitura para realizar a mudança. Uma espécie de “barganha”, conforme relatado pela senhora Sheila (53 anos), ex-moradora da Favela Inferno Verde: “A assistente social veio com advogado e *endoçou* a boca dos moradores, jogando mais dinheiro na rodada, aí o povo saiu, e teve até caminhão da prefeitura fazendo mudança”.

Essa diferença de valor do aluguel tem sido alvo de grande insatisfação por parte dos moradores, isso porque o valor é insuficiente para arcar com o aluguel da casa e porque acreditam ser injusto, tendo em vista que todo mundo deveria receber o mesmo valor, pois todos tiveram de largar suas casas.

Nós saímos por pressão. As pessoas começaram a sair, então a gente saiu também. Quem resistiu mais conseguiu mais coisa. O valor do Aluguel Social foi maior e ganhou o caminhão

para realizar a mudança. A gente que saiu antes levou as coisas nos braços, contando com a ajuda dos vizinhos e parentes. Isso não é justo. Todo mundo tinha que ganhar igual. (Sharlene, 27 anos. Ex-moradora da Favela Inferno Verde)

Apesar de algumas tentativas de reivindicação para a equiparação dos valores junto à Secretaria de Família e Assistência Social, os moradores ainda não tiveram resposta. Enquanto isso, diversos moradores estão tendo que tirar do próprio bolso o dinheiro para complementar o valor do aluguel (a maioria paga R\$ 400). Muitos deles não têm condições de arcar com este custo extra. Ademais, os moradores ainda têm que pagar as contas mensais do imóvel, como água, luz e esgoto, contas essas que eles não estavam acostumados a pagar, e que também não possuem a menor condição financeira para tal. Assim, a remoção instituída pelo programa, bem como esse período de espera, tem afetado consideravelmente o orçamento da população, piorando ainda mais suas condições sociais.

Os efeitos produzidos por essa espera não implicam somente as condições financeiras da população, refletindo-se no aumento dos gastos mensais com habitação. Ela tem afetado também os laços familiares e sociais constituídos entre os moradores durante a vida na favela, uma vez que estes se encontram distribuídos geograficamente, vivendo em habitações provisórias, por vezes distantes de parentes e amigos. Esta é uma realidade vivenciada pela secretária Diana (27 anos), que desde que saiu da favela está morando numa república de estudantes, enquanto sua família está residindo em outro município.

Desde que tive que sair dali, nunca mais voltei, nem mesmo para ver meus amigos e familiares. Agora só vejo meus parentes em reuniões de família, ou em alguma festa. A minha mãe, eu vou na casa dela nos fins de semana. Meus vizinhos, eu quase não tenho contato.

Para a dona de casa Sônia (71 anos), depois que saíram da favela, os vizinhos foram se afastando, apesar de muitos estarem morando nas áreas adjacentes. Ela gostava de encontrar os amigos para *bater papo* na frente de casa e jogar *vispa* aos domingos no bar de seu Giovanni (que ficava na favela e também foi demolido), mas acabou tendo sua rotina modificada. Ela perdeu contato diário com muita gente. Alguns ex-vizinhos ela até vê; passam na frente da casa dela, alguns param para conversar. Mas, para ela, as coisas mudaram bastante, a relação com eles mudou. Inclusive, sua filha, que morava no andar de cima de sua casa, mudou-se para um local mais distante. Ela, que tanto ajudava com os afazeres da casa, agora tem contribuído menos, devido ao distanciamento. Ela espera que, com a reintegração da comunidade, após a entrega do conjunto, essa situação se modifique, e todos possam voltar a ter a relação de antes, todos morando próximos, podendo contar uns com os outros.

A casa que a senhora Sônia alugou, com o benefício do Aluguel Social, se situa na esquina em posição diagonal ao terreno (antiga Inferno Verde) onde o conjunto está sendo construído. Segundo o seu relato, foi “para ficar vigiando a obra e garantir que vai receber a casa”. Ela acrescenta: “Daqui eu posso ouvir o barulho do bate-estaca, assim eu sei que a obra está andando”.

Essa posição estratégica, em frente à obra, da casa da Dona Sônia e sua atitude ativa favorecem que a população ali se encontre para ver como está o andamento da construção dos conjuntos, para conversar e discutir sobre os problemas que vêm enfrentando



nessa longa espera. A calçada tornou-se, assim, um lugar de encontro, de ativismo e de interação entre os moradores, que juntos dividem angústias, incertezas e alimentam a esperança de logo poderem se instalar na nova moradia, transformando, nesse interstício entre dois, a calçada da “dona” Sônia, num verdadeiro território da espera.

**Figura 13:** Lapa, na esquina à esquerda, a casa da Dona Sônia; na diagonal do edifício em construção.



*Foto: Daiana Falcão, 09/04/2014.*

Território da espera que permanece, ainda hoje, acolhendo as mesmas pessoas e recebendo novas. Os sentimentos parecem não ter mudado muito: incertezas, angústias e esperança, que conforme os ditos populares: “a esperança é a última que morre” e “quem espera sempre alcança”. A obra, em compasso descontinuo e de ritmo lento, avança.

**Figura 14:** Obra em 01 de novembro de 2014.



*Foto: Daiana Falcão*



**Figura 15:** Obra em 28 de novembro de 2015



*Foto: Luz Maritza Mantilla*

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

O histórico das políticas de habitação no Brasil tem mostrado que a remoção de favelas tem sido a opção preferencial dos órgãos públicos no tratamento das questões habitacionais urbanas, em detrimento da provisão de melhorias e instalação de infraestrutura e serviços nesses espaços.

O Programa Morar Feliz não se faz uma exceção. Ele acompanha essa lógica de intervenção, sendo responsável pela extinção de diversas favelas na cidade de Campos, alocando a população removida em conjuntos habitacionais construídos nas áreas periféricas da cidade.

No caso do Morar Feliz da Lapa, o programa rompe com a lógica predominante de construção de casas populares nas áreas periféricas das cidades, uma vez que o conjunto habitacional está sendo construído exatamente no mesmo local onde se assentava a favela Inferno Verde, onde as famílias removidas residiam. Além disso, a Lapa é um bairro dotado de toda infraestrutura e serviços, e contíguo ao centro da cidade, amenizando o longo período de espera.

Já o conjunto Morar Feliz Ururaí repete a lógica dos projetos de habitação popular: construído na periferia distante do centro, dos serviços, do emprego. Os moradores que resistiram à remoção continuam habitando suas casas, mas estão reivindicando o direito de nelas permanecerem. Por isso, esperam, convivendo com o que sobrou da demolição da sua comunidade, ao mesmo tempo em que acompanham o desenvolvimento dos empreendimentos no bairro ao seu redor. Quadro que agrava ainda mais a situação de espera e as desigualdades socioespaciais que marcam a cidade de Campos dos Goytacazes.

A espera imposta tornou possível a interação entre os moradores das respectivas áreas de estudos aqui tratadas, o compartilhar dos sentimentos de angústia, de incerteza, de medo, mas também de esperança, lhes permitindo enfrentar as dificuldades cotidianas, movendo-os a transformar esse interstício, que poderia ser considerado um tempo “perdido”, em um tempo oportuno, a passarem de meros expectadores a atores.

É desse modo que, com suas práticas espaciais quotidianas, engendradas pela espera, esses atores reconstróem, atribuem novos sentidos e se (re) apropriam dos espaços de circulação, da paisagem e de moradia, territórios da espera por políticas públicas mais justas.

O estudo das duas situações de espera, a dos moradores da Margem da Linha e a dos moradores da erradicada favela Inferno Verde, colocadas assim em perspectiva, mostrou que são situações de espera distintas, posto que as condições socioespaciais nas quais se vivencia a espera são diferenciadas, expondo as desigualdades existentes entre áreas ou zonas da cidade. Essas diferenças, sem dúvida, agravam ainda mais a espera à qual foram submetidos e, por conseguinte, as desigualdades socioespaciais, revelando mais uma face perversa das políticas públicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, M. - *Evolução Urbana do Rio de Janeiro 1988* - Editora Jorge Zahar

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. *Política habitacional e direito à cidade: A experiência do programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes-RJ*. (2014). Tese de doutorado. PPGPS-UENF, Campos dos Goytacazes, 258f.

AZEVEDO, Sérgio. TIMÓTEO, Geraldo Márcio. ARRUDA, Ana Paula S.N. (2013). Habitação social e segregação espacial: Implicações do programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes – RJ. IN: **37º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. Caxambu. Anais\_ Águas de Lindóia: ANPOCS, 23-27 set. 2013.

BENCHIMOL, J. L. (1990). *Pereira Passos: um Haussmann tropical* - SMCTT - Rio de Janeiro

BOTELHO, Adriano (2007). Acesso em: 30 nov 2015. O urbano em fragmentos. A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. In: *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 17, número 18, p. 15-38 2º sem. 2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8727>

COP RIO (2014). Acesso em: 28 abr. 2016. Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Disponível em: [https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014\\_web.pdf](https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf).

DA MATTA, Ludimila Gonçalves; DA MATTA, Nabila Gonçalves. (2015). Urbanização de áreas periféricas em Campos dos Goytacazes-RJ: um olhar sobre o conflito. IN: I CONACSO. Vitória. Anais\_Vitória: 23-25 set. 2015, p.1-15 Disponível em:

<http://www.conacsoufes.com.br/pdf/final/02c48c7b370a6a0dff79a6ecb0ad4f9c.pdf>

DE LOS RIOS, A. Morales. (1991). *Dois Notáveis Engenheiros: Pereira Passos e Vieira Souto*. Rio de Janeiro: Editora A Noite.

FALCÃO, Daiana de Azevedo. (2015). *A espera de morar feliz. Entre a remoção e o reassentamento do programa habitacional Morar Feliz, um território da espera*. 103 f. Dissertação de mestrado em Políticas Sociais. PPGPS – UENF, Campos dos Goytacazes.

FARIA, Teresa P. POHLMANN. Maria Alice. (2013). Políticas públicas urbanas no Brasil: a caminho da construção da cidade justa? IN: XV ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA. Lima. Anais\_Lima: 8-11 abr. 2013. p

GUIMARÃES, Berenice Martins; PÓVOA, Fabiana Machado Rangel. (2005). Formação e Evolução das Favelas em Campos dos Goytacazes. Relatório de Pesquisa. UENF/CCH/LESCE. Campos dos Goytacazes.

GODOY, Antonio Leandro Crespo de (2015). Arquitetura Pública como Ferramenta para a Cidadania: Uma Proposta Alternativa á Remoção. O caso da Favela da Margem da Linha em Campos dos Goytacazes. Dissertação de Mestrado. PPGPUR-UCAM, Campos dos Goytacazes. 97f.

GOMES, Paulo C. Costa; MUSSET, Alain (2015) Des lieux d'attente aux territoires de l'attente: Une nouvelle dimension ontologique de l'espace et du temps. IN: VIDAL, Laurent; MUSSET, Alain. Les territoires de l'attente. Migrations et mobilités dans les Amériques. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

HARVEY, David. (2005). *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume.

LEAL, Giuliana Franco; COSTA, Rafael Nogueira. (2012). Sentido de moradia e do "bairro": estudo de caso de uma comunidade face à possibilidade de remoção. *Boletim do observatório ambiental Alberto Ribeiro Lamego*. V. 6 n. 1. jan/jun

LEFEBVRE, Henri. (1991). *O direito à cidade*. São Paulo: EDUSP

LEFEBVRE, Henri. (1999). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno; GOMES, Marcos Antônio Silvestre; SIQUEIRA, Antenor Maria da Mata. (2014). Acesso em: 02 abr. 2015. Políticas Públicas, Moradia Popular e o Programa Morar Feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: Uma Análise Acerca da Favela Margem da Linha. *Libertas*, v. 14, n. 1. Disponível em: <http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2858>

OLIVEIRA, Daniela Bogado de. (2012). Acesso em: 16 jan. 2014. À Margem da Linha: exclusão social X defesa e garantia de direitos. Disponível em: <<http://inculturacao-salesianos.br/artigo-a-margem-da-linha-exclusao-social-x-defesa-e-garantia-de-direitos-apresentado-pelos-educadores-do-centro-juvenil-sao-pedro/>>

OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro de; PEDLOWSKI, Marcos Antonio. (2013). Acesso em: 02 dez. 2015. Políticas municipais de habitação social em Campos dos Goytacazes: quando a proximidade física serve para aumentar a distância social. IN: Encontros Nacionais

A dimensão espacial da espera no processo de remoção e erradicação de favelas. Territórios da espera em Campos dos Goytacazes

da ANPUR. Recife. Anais\_Recife: ANPUR, 20 a 24 de mai. 2013, v. 15. P.1-17. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4532>

OLIVEIRA, J. C. P.; PEDLOWSKI, M. A. (2012). Acesso em: 30 mar 2016. Estado e programas municipais de habitação popular em Campos dos Goytacazes (RJ). *Análise Social*. Vol. XLVII (3.º), n.º 204. p. 656-682. Disponível em: [http://analisesocial.ics.ul.pt/?page\\_id=18](http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=18)

OLIVEIRA REIS, José de (1977). *O Rio de Janeiro e seus prefeitos, evolução urbanística da cidade*. PMRJ - Rio de Janeiro.

PEREIRA, Beatriz Mateus; DE SOUZA INÁCIO, Marcelo; DOS SANTOS, Renato Gonçalves. (2015). Acesso em: 16 jan 2014. À Margem da Linha: da produção do espaço criminalizado ao debate do direito à cidade. IN: II CONGRESSO AFRICANIDADES E BRASILDIDADES. Vitória, UFES, 4-6 ago 2012. Anais. UFES. Vol. 1, N. 2. p.1-11. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/cnafricab/article/view/9532/6533>>.

PERLMAN, Janice E. (1977). *O mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro*. Tradução de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 377p.

PIRES, Beatriz de Oliveira. (2005). Segregação Sócio-Espacial e Qualidade Ambiental: o caso da favela Margem da Linha. Monografia de Conclusão. Curso de Ciências Sociais –UENF, Campos dos Goytacazes

REGINENSI, Caterine. (2015). 'A cidade como cenário de oportunidades. etnografia das margens da cidade, estética e partilha do sensível'. Relatório de Pesquisa. UENF, Campos dos Goytacazes. 95f.

ROLNICK, Raquel. (2012). Remoções forçadas em tempos de novo ciclo econômico. Carta Maior. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Remocoes-forçadas-em-tempos-de-novo-ciclo-economico/4/25808>

SOFFIATI, Arthur. (2012). Acesso em: 11/01/2014. Morar Feliz? *O Rebate*. 09/08/2012. Disponível em: <http://www.jornalrebate.com.br/site/colunistas-249/arthur-soffiati/9125-morar-feliz>

STOCK, Mathis. (2004). Acesso em : 10 abr. 2014. L'habiter comme pratique des lieux géographiques. *EspacesTemps.net,Travaux*. Disponível em: <http://www.espacestemp.net/articles/lrsquohabiter-comme-pratique-des-lieux-geographiques/>

TEIXEIRA, Maria Cristina Villefort. Espaço projetado e espaço vivido na habitação social: os conjuntos Goiânia e Araguaia em Belo Horizonte (2007). Tese de doutorado. IPPUR-UFRJ, Rio de Janeiro, 252f

VAINER, Carlos (2009): "Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano". In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos, MARI-CATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único*. Petrópolis, Ed. Editora Vozes, 5ª Ed. pp. 75-103.

VIDAL, Laurent; MUSSET, Alain; VIDAL Dominique (2011). Acesso em: 04 mai 2016. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje). Confins. Disponível em:

<https://confins.revues.org/7274?lang=pt>

VIDAL, Laurent; MUSSET, Alain. (2015). Les territoires de l'attente. Migrations et mobilités dans les Amériques. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

**Teresa de Jesus Peixoto Faria**

Doutora em Estudos Urbanos. Professora associada do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (Leea) do Centro de Ciências do Homem (CCH) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)